

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

NUTRIÇÃO

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expresso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

As instituições públicas de ensino e pesquisa são fundamentais para articular as necessidades dos serviços de saúde com a formação e qualificação dos profissionais de Nutrição e ampliar o apoio técnico e científico às ações relacionadas à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Nesse sentido, redes colaborativas interinstitucionais de cooperação técnico-científica são aprimoradas e fortalecidas à medida que produzem evidências que contribuem para o fortalecimento da gestão e atenção nutricional na Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2013). Essas redes são conhecidas como

- (A) Centros Integrados de Alimentação e Nutrição.
- (B) Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição.
- (C) Centros de Referência em Nutrição.
- (D) Centros de Pesquisas em Alimentação e Nutrição.

QUESTÃO 32

O conhecimento do Indicador de Parte Comestível (IPC) dos alimentos é essencial para o planejamento de dietas e cardápios (PHILIPPI, 2019). O IPC é uma constante obtida pela relação entre

- (A) peso do alimento processado (g) e peso do alimento no estado inicial (g).
- (B) peso do alimento reidratado (g) e peso do alimento seco (g).
- (C) peso bruto (g) e peso líquido (g) do alimento.
- (D) peso do alimento cozido (g) e peso do alimento cru (g).

QUESTÃO 33

A hidrólise do amido, que ocorre durante o aquecimento prolongado, quando há um rompimento gradativo das membranas que envolvem os grãos de amido, liberando uma substância semisolúvel (PHILIPPI, 2019), corresponde à característica funcional dos cereais de

- (A) retrogradação.
- (B) dextrinização.
- (C) gelatinização.
- (D) elasticidade.

QUESTÃO 34

Conhecer a composição dos alimentos é fundamental para avaliar e adequar a ingestão de nutrientes de indivíduos ou populações, para controlar a qualidade e segurança dos alimentos, e para orientar ações de educação alimentar e nutricional, pesquisas e profissionais que atuam na prática clínica. De acordo com a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TBCA, 2023), 100 g de biscoito de arroz contém 6 g de umidade; 78 g de carboidrato total; 74 g de carboidrato disponível; 8 g de proteína; 3 g de lipídios; 4 g de fibra alimentar; e 1 g de cinzas. Considerando que 1 g de carboidrato equivale a 4 kcal, 1 g de lipídios equivale a 9 kcal, 1 g de proteína equivale a 4 kcal e 1 g de fibra alimentar corresponde a 2 kcal (FAO, 2003), o valor energético (kcal) da porção de 30 g do biscoito de arroz é, aproximadamente,

- (A) 109.
- (B) 112.
- (C) 363.
- (D) 376.

QUESTÃO 35

A deficiência em ferro ocorre no organismo humano de forma gradual e progressiva até a manifestação da anemia, e pode acometer diferentes grupos populacionais. Existem diversos parâmetros laboratoriais para detectar e avaliar os diferentes estágios da deficiência de ferro, os quais podem ser considerados de maneira isolada ou associada no diagnóstico de indivíduos e grupos populacionais. Para o diagnóstico de anemia em crianças de 6 meses a 5 anos (WHO, 2015), os pontos de corte de hemoglobina e hematócrito são:

- (A) hemoglobina 11 g/dL e hematócrito 33%.
- (B) hemoglobina 11,5 g/dL e hematócrito 34%.
- (C) hemoglobina 12 g/dL e hematócrito 36%.
- (D) hemoglobina 12 g/dL e hematócrito 33%.

QUESTÃO 36

A infância compreende o período desde o nascimento até aproximadamente os 9 anos e 11 meses. Acompanhar o crescimento e o desenvolvimento nessa fase da vida possibilita identificar as condições de saúde e nutrição. O principal indicador do estado nutricional de crianças é o crescimento (RIBEIRO *et al.*, 2018). Quais medidas antropométricas são consideradas essenciais na avaliação de crianças?

- (A) Peso corporal e perímetro braquial.
- (B) Peso corporal e estatura.
- (C) Peso corporal e circunferência braquial.
- (D) Peso corporal e circunferência da cintura.

QUESTÃO 37

Os índices antropométricos mais amplamente usados, recomendados pela Organização Mundial de Saúde e adotados pelo Ministério da Saúde na avaliação do estado nutricional de adolescentes são:

- (A) IMC para idade e estatura para idade.
- (B) peso para idade e peso para estatura.
- (C) peso para estatura e IMC para idade.
- (D) peso para idade e estatura para idade.

QUESTÃO 38

Segundo Taddei *et al.* (2011), didaticamente, os métodos para estimativa de consumo alimentar são divididos em retrospectivos e prospectivos. Um exemplo de método prospectivo de avaliação do consumo alimentar compreende

- (A) recordatório de 24h.
- (B) questionário de frequência alimentar.
- (C) história alimentar.
- (D) diário alimentar.

QUESTÃO 39

Os princípios que orientam as políticas voltadas para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são:

- (A) equidade, participação social e autonomia.
- (B) empoderamento, intersetorialidade e intrasetorialidade.
- (C) soberania alimentar e direito humano à alimentação adequada e saudável.
- (D) sustentabilidade, integralidade e territorialidade.

QUESTÃO 40

Os indicadores de saúde podem ser usados para descrever as necessidades de atenção de saúde de uma população ou a carga de doença em um determinado grupo populacional. Quais indicadores têm como finalidade mensurar a ocorrência de doenças, lesões ou incapacidades na população?

- (A) Indicadores demográficos.
- (B) Indicadores de fatores de risco.
- (C) Indicadores de mortalidade.
- (D) Indicadores de morbidade.

QUESTÃO 41

Um conjunto de fatores de risco comportamentais que podem ser modificados com ações de promoção da saúde, vigilância e atenção primária a saúde está entre os determinantes das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O indicador de fator de risco interpretado como a probabilidade de um indivíduo de consumir regularmente frutas e hortaliças em uma determinada população no tempo especificado refere-se

- (A) à razão de consumo regular de frutas e hortaliças.
- (B) à taxa de incidência de consumo regular de frutas e hortaliças.
- (C) à taxa de prevalência do consumo regular de frutas e hortaliças.
- (D) ao número de indivíduos que consomem regularmente frutas e hortaliças.

QUESTÃO 42

A razão entre o perímetro da cintura e dos quadris é utilizada para caracterizar se a gordura corporal está reunida predominantemente na região central ou na extremidade do corpo. A literatura dispõe de indicadores referenciais para interpretar os valores encontrados na razão cintura/quadril que podem identificar a intensidade do risco predisponente ao aparecimento e ao desenvolvimento de disfunções cardiometabólicas de acordo com idade e sexo (RIBEIRO *et al.*, 2018). Quais os indicadores referenciais da razão cintura/quadril direcionados à identificação de risco alto para saúde em mulheres de 40 a 49 anos?

- (A) $< 0,73$.
- (B) 0,79 a 0,84.
- (C) 0,80 a 0,87.
- (D) $> 0,88$.

QUESTÃO 43

O conceito de Sindemia Global aponta que as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas interagem umas com as outras, compartilham determinantes e, portanto, exercem uma influência mútua em sua carga para a sociedade. O Guia Alimentar pode ser reconhecido como uma ação de trabalho triplo no enfrentamento da Sindemia Global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, isto é, pode influenciar

- (A) isoladamente as pandemias de desnutrição e de obesidade e as mudanças climáticas ao orientar escolhas saudáveis e sustentáveis.
- (B) simultaneamente as pandemias de desnutrição e de obesidade e as mudanças climáticas ao orientar escolhas saudáveis e sustentáveis.
- (C) isoladamente as pandemias de desnutrição e de obesidade e as mudanças climáticas ao reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes de sistemas alimentares.
- (D) simultaneamente as pandemias de desnutrição e de obesidade e as mudanças climáticas ao reduzir a corrupção e a pobreza.

QUESTÃO 44

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) é uma política localizada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) que contribui para enfrentar o atual cenário de Sindemia Global. A PNSAN foi instituída pelo(a)

- (A) Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.
- (B) Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011.
- (C) Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017.
- (D) Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.

QUESTÃO 45

O Vigitel Brasil 2023 atualizou as estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O consumo regular de frutas e hortaliças foi incluído como um dos fatores de proteção. A frequência de consumo de frutas e hortaliças considerada como regular na população total entrevistada corresponde ao consumo

- (A) diário de pelo menos 400 g de frutas e hortaliças.
- (B) diário de cinco ou mais porções de frutas e hortaliças.
- (C) de frutas e hortaliças em três dias da semana.
- (D) de frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana.

QUESTÃO 46

De acordo com a publicação Alimentação Cardioprotetora: manual de orientações para profissionais de saúde da Atenção Básica (Ministério da Saúde, 2018), visando a educação nutricional, os alimentos considerados moderadamente cardioprotetores são

- (A) verduras, feijão e frutas.
- (B) peixes, ovos e laticínios desnatados.
- (C) azeite, castanhas e cereais integrais.
- (D) frutas, laticínios desnatados e sementes.

QUESTÃO 47

As diretrizes que integram a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) indicam as linhas de ações para o alcance do seu propósito, capazes de modificar os determinantes de saúde e promover a saúde da população. Entre as diretrizes, tem-se a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), que compreende

- (A) os cuidados relativos à alimentação e nutrição voltados à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos, devendo estar associados às demais ações de atenção à saúde do SUS, para indivíduos, famílias e comunidades, contribuindo para a conformação de uma rede integrada, resolutiva e humanizada de cuidados.
- (B) um conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente.
- (C) a descrição contínua e na predição de tendências das condições de alimentação e nutrição da população e seus fatores determinantes, o planejamento da atenção nutricional e das ações relacionadas à promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável.
- (D) uma referência política e normativa para a realização dos direitos à alimentação e à saúde, representa uma estratégia que articula dois sistemas: o Sistema Único de Saúde, seu lócus institucional, e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), espaço de articulação e coordenação intersetorial.

QUESTÃO 48

O combate à insegurança alimentar e nutricional nos grupos mais vulneráveis, em especial os povos e as comunidades tradicionais, está contemplado pelo Desafio nº 2 do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (II PLANSAN, 2018). Entre esses desafios, qual está relacionado à Insegurança Alimentar e Nutricional?

- (A) Registro, por meio das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF), dos dados nutricionais de pelo menos 80% de crianças indígenas e quilombolas menores de 7 anos beneficiárias do PBF.
- (B) Transferência de renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família.
- (C) Aperfeiçoamento do desenho do Programa Bolsa Família para aumentar o impacto na diminuição da pobreza.
- (D) Elaboração de procedimentos que orientem os estados e municípios para a redução do número de famílias do PBF não acompanhadas na saúde, utilizando, para análise, os registros dos acompanhamentos individualizados.

QUESTÃO 49

De acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, existem regras sobre a oferta de produtos ultraprocessados nas escolas públicas. Alguns produtos ainda podem ser adquiridos, mas passaram a ter a frequência limitada no cardápio escolar como

- (A) produtos cárneos, no máximo 3 vezes por mês.
- (B) bebidas lácteas com aditivos ou adoçados, no máximo 1 vez por mês, para estudantes em período parcial.
- (C) bebidas lácteas com aditivos ou adoçados, no máximo 3 vezes por mês, para estudantes em período integral.
- (D) margarina ou creme vegetal, no máximo 1 vez por semana, para estudantes em período parcial.

QUESTÃO 50

Leia o caso a seguir.

P.R., 45 anos, sexo masculino, diabetes tipo 2, procura o serviço ambulatorial de nutrição do SUS para receber orientações dietéticas. A abordagem nutricional escolhida foi uma dieta *Very Low Carb*.

Elaborado pelo(a) autor(a).

De acordo com a Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes (2023), o percentual de carboidrato a ser prescrito para esse paciente é

- (A) 40 a 45%.
- (B) 35 a 40%.
- (C) 25 a 35%.
- (D) < 26%.

QUESTÃO 51

Leia o caso a seguir.

Paciente S.Z., sexo feminino, 83 kg, 1,65 m, foi prescrito um plano nutricional de 1500 kcal/dia.

Elaborado pelo(a) autor(a).

De acordo com a Diretriz Brasileira de Obesidade (2016), a recomendação de gorduras, proteínas e carboidratos, respectivamente, que deve ser oferecida para esse paciente é:

- (A) 30 a 35%, 20 a 25%, 40 a 50%.
- (B) 25 a 35%, 20 a 25%, 45 a 55%.
- (C) 25 a 30%, 15 a 25%, 45 a 55%.
- (D) 20 a 30%, 15 a 20%, 55 a 60%.

QUESTÃO 52

Leia o caso a seguir.

Paciente idoso, sexo masculino, com Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2), função renal preservada, em consulta nutricional após avaliação, apresentou perda superior a 5% do peso corporal no último ano e resultado da força de preensão palmar inferior a 27 kg.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Segundo a Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes com abordagem do paciente idoso (2023), como esse paciente seria classificado, de acordo com os dados apresentados, e qual a quantidade de proteína a ser prescrita, respectivamente?

- (A) Pré fragilidade e baixa capacidade física; 1 a 1,3 g de proteína/kg/dia.
- (B) Pré fragilidade e baixa força muscular; 1 a 1,5 g de proteína/kg/dia.
- (C) Fragilidade e sarcopenia; 1,3 a 1,6 g de proteína/kg/dia.
- (D) Fragilidade e sarcopenia grave; 1,6 a 2,0 g de proteína/kg/dia.

QUESTÃO 53

A Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (EBIA) é utilizada como medida direta da percepção da insegurança alimentar. De acordo com o Manual de Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde (2021), quando o tempo, as restrições financeiras ou a carga ao respondente impedirem a utilização da EBIA, o Ministério da Saúde recomenda que se faça a

- (A) avaliação nutricional nos domicílios utilizando dados de antropometria.
- (B) triagem nutricional nos domicílios por meio de inquéritos de frequência alimentar.
- (C) avaliação nutricional nos domicílios por meio de recordatório alimentar habitual, composição corporal e exames bioquímicos.
- (D) triagem dos domicílios utilizando um instrumento contendo dois itens de Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (Tria).

QUESTÃO 54

Os cardápios da alimentação escolar (PNAE) devem ter como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Segundo o Guia alimentar para a População Brasileira, considera-se alimento minimamente processado

- (A) o leite em pó.
- (B) as frutas em calda.
- (C) o milho em conserva.
- (D) o pão francês.

QUESTÃO 55

Segundo o Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2021-2030 (Ministério da Saúde, 2021), as metas estabelecidas para os fatores de risco para as DCNT no Brasil, até 2030, são reduzir

- (A) a prevalência de obesidade em crianças e adolescentes em 1%, deter o crescimento da obesidade em adultos, aumentar a prevalência da prática de atividade física no tempo livre em 20%, aumentar o consumo recomendado de frutas e de hortaliças em 20%, reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados, reduzir em 20% o consumo regular de bebidas adoçadas, reduzir o consumo abusivo de bebidas alcoólicas em 5%.reduzir a prevalência de tabagismo em 30%, reduzir a mortalidade por DCNT atribuída à poluição atmosférica e atingir 80% de cobertura vacinal contra o HPV.
- (B) em 1/3 a taxa padronizada de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por DCNT, reduzir em 1/3 a probabilidade incondicional de morte prematura (30 a 69 anos) por DCNT, reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) por câncer de mama em 10%, reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) por câncer de colo do útero em 20% e reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) por câncer do aparelho digestivo em 10%.
- (C) a prevalência de obesidade em crianças e adolescentes em 2%, deter o crescimento da obesidade em adultos, aumentar a prevalência da prática de atividade física no tempo livre em 30%, aumentar o consumo recomendado de frutas e de hortaliças em 30%, reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados, reduzir em 30% o consumo regular de bebidas adoçadas, reduzir o consumo abusivo de bebidas alcoólicas em 10%, reduzir a prevalência de tabagismo em 40%, reduzir a mortalidade por DCNT atribuída à poluição atmosférica e atingir 90% de cobertura vacinal contra o HPV.
- (D) em 1/4 a taxa padronizada de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por DCNT, reduzir em 1/4 a probabilidade incondicional de morte prematura (30 a 69 anos) por DCNT, reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) por câncer de mama em 5%, reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) por câncer de colo do útero em 10% e reduzir a mortalidade prematura (30 a 69 anos) por câncer do aparelho digestivo em 5%.

QUESTÃO 56

Padrões alimentares podem ser definidos como quantidade, proporção, variedade ou combinação de diferentes alimentos e bebidas que compõem a dieta e a frequência com que são habitualmente consumidos. Segundo o posicionamento sobre o tratamento nutricional do sobrepeso e da obesidade ABESO (PEPE *et al.*, 2022), o padrão alimentar com Classe de recomendação I e Nível de evidência A é

- (A) dieta cetogênica.
- (B) dieta do mediterrâneo.
- (C) dieta *plant-based diet*.
- (D) dieta de baixo índice glicêmico.

QUESTÃO 57

Em estudos epidemiológicos, o diagnóstico do estado nutricional de adultos é realizado a partir do índice de massa corporal (IMC), obtido pela divisão do peso, medido em quilogramas, pela altura ao quadrado, medida em metros (kg/m²) (*World Health Organization*, 2000). De acordo com VIGITEL BRASIL (2023), no conjunto das 27 cidades, a frequência de excesso de peso foi de

- (A) 61,4%, sendo maior entre os homens (63,4%) do que entre as mulheres (59,6%).
- (B) 24,3%, semelhante entre as mulheres (24,8%) e os homens (23,8%).
- (C) 50%, semelhante entre as mulheres (50,8%) e os homens (49,8%).
- (D) 40,4%, sendo maior entre os homens (43,4%) do que entre as mulheres (39,6%).

QUESTÃO 58

O bife acebolado é uma das preparações com carne bovina mais apreciadas e consumidas. Segundo Araújo, em *Alquimia dos alimentos* (2008), para que o bife tenha boas características nutricionais e sensoriais, é necessária cocção

- (A) em temperatura baixa para coagular as proteínas da carne e preservar a suculência.
- (B) sob calor seco em alta temperatura no início do processo, para que ocorra coagulação das proteínas e a carne fique mais suculenta.
- (C) para formar a coloração, resultado da reação de Maillard, que é uma interação entre as proteínas e os ácidos graxos presentes na carne.
- (D) após adição de suco de limão, vinagre ou vinho como agentes amaciantes do tipo enzimático.

QUESTÃO 59

Segundo as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2020), para um paciente hipertenso, com base em uma dieta de 2.000 kcal/dia, do tipo Dash, as recomendações diárias de ingestão de sódio, grãos e derivados são até

- (A) 5 gramas de sódio e 5 a 6 porções de grãos e derivados.
- (B) 4 gramas de sódio e 7 a 8 porções de grãos e derivados.
- (C) 3 gramas de sódio e 5 a 6 porções de grãos e derivados.
- (D) 2 gramas de sódio e 7 a 8 porções de grãos e derivados.

QUESTÃO 60

Dentre os atributos essenciais e derivados da Atenção Primária à Saúde, qual deles pressupõe a continuidade da relação de cuidado, com construção de vínculo e responsabilização entre profissionais e usuários ao longo do tempo e de modo permanente e consistente, acompanhando os efeitos das práticas de cuidado em saúde e de outros elementos na vida das pessoas, evitando a perda de referências e diminuindo os riscos de iatrogenia que são decorrentes do desconhecimento das histórias de vida e da falta de coordenação do cuidado (Ministério da Saúde, 2022)?

- (A) Atenção ao primeiro contato.
- (B) Integralidade.
- (C) Longitudinalidade.
- (D) Coordenação do cuidado.

RASCUNHO